

Mesa-redonda

Hugo Chávez, a Venezuela e a Integração Sul-americana

São imensas as reservas de petróleo deste país, a meio caminho da Europa, ao lado dos Estados Unidos. Num momento de incertezas quanto à regularidade de fluxo a partir dos centros tradicionais de fornecimento, com o preço do combustível atingindo a ordem dos 50 dólares o barril, é natural que a Venezuela venha à ordem do dia, dado seu valor estratégico para a economia norte-americana. Mas o mote para a convocação desta mesa-redonda foi o seu Presidente, Hugo Chávez Frias, a partir de suas espetaculares vitórias eleitorais, como a do recente plebiscito. Constitui o dossiê, além da mesa-redonda, dois importantes textos: a) carta veiculada pela imprensa venezuelana, do empresário e político Gustavo A. Cisneros em que explica à opinião pública as razões por que, por sugestão do ex-presidente Jimmy Carter, aceita o estabelecimento de diálogo para solucionar conflitos em relação às políticas do presidente Chávez; b) ensaio do escritor paquistanês Tariq Ali, Venezuela: por que Chávez venceu, em que destaca pontos essenciais à compreensão desses eventos políticos nos quadros da América Latina contemporânea; e c) o artigo Chávez se consolida como maior aliado de Cuba, do ensaísta Mauricio

Vicent, transcrito de El País (Madri), a cuja redação agradecemos a autorização para que o publicássemos.

Deste encontro na sede do Cebela, no dia 20 de outubro último, participaram os seguintes associados e convidados: Roberto Amaral, anfitrião, ex-ministro de Ciência e Tecnologia, Antonio Carlos Peixoto, professor de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Ovídio de Andrade Melo, embaixador do Brasil em Angola ao tempo da independência desse país, Mario Guglielmelli, diplomata, cônsul da Venezuela, Sonia Camargo, professora do Instituto de Relações Internacionais, IRI, da PUC-Rio, Elysio Pires, consultor de marketing e comunicação, Geo Britto, sociólogo e ator, do Centro de Teatro do Oprimido – CTO-Rio, Vito Gianotti, escritor, coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação, Pedro Amaral, da redação de C&p, Anália de Pinho, vice-presidente do Cebela e Ailton Benedito de Sousa, da redação de C&p. A transcrição das fitas e revisão do texto desta mesa-redonda couberam a Marcelo Magalhães, do Programa de Pós-Doutorando em Literatura, da PUC-Rio.

Roberto Amaral*: O tema proposto para esta mesa-redonda é a América do Sul, analisada a partir dos mais recentes acontecimentos na Venezuela, isto é, considerando o plebiscito, não só seus óbvios efeitos na política interna daquele país, mas suas repercussões no continente, de particular nas relações bilaterais com o Brasil. Sugiro que se discuta, igualmente o futuro do Mercosul, seu eventual fortalecimento, seja em face da consolidação do governo Chavez, seja em face da provável

eleição de Tabaré Vázquez, no Uruguai. Trata-se de discussão inteiramente livre, aberta, sem condicionantes, sem limitações, e sem inibições, livre de preconceitos. Estejamos todos à vontade.

Com o intuito de facilitar o debate, e romper com eventuais inibições, solicitei ao professor Antônio Carlos Peixoto, que é do Colégio Editorial de *Comunicação & política*, que assumisse a responsabilidade pela intervenção inicial.

* Roberto Amaral – RA é cientista político, advogado e editor de C&p.

Antônio Carlos Peixoto*: Nós tínhamos pensado, já há algum tempo – ou seja logo depois do plebiscito [na Venezuela] –, em fazer um editorial sobre essa temática: a Venezuela, o plebiscito etc. Depois a idéia evoluiu, e o Roberto Amaral lançou a idéia desta mesa, que me pareceu uma coisa muito mais profícua, com muito mais dividendos do que um editorial que, por mais que tentasse colocar os problemas, seria obviamente um texto limitado. Assim ouvimos várias opiniões.

Cá estamos, portanto, para tratar basicamente de um fenômeno – é realmente um fenômeno, na acepção [etimológica] da palavra –, um fenômeno de perenidade política, de longevidade política, que é o caso de Hugo Chávez. Nós conhecemos relativamente bem a trajetória disto. Dentro de um quadro de total paralisia institucional, que caracterizou a Venezuela a partir dos anos 1980, num processo que se acentua a partir do segundo governo de Carlos Andrés Pérez – uma repetição daquele primeiro caso, em que o opositor dele, o Herrera Campíns, da Democracia Cristã [COPEI], consegue ganhar as eleições com aquele famoso slogan: “Carlos Andrés Pérez: *se hace cinco años perdidos*”. Novamente, esses cinco anos, que felizmente para a Venezuela não foram cinco, se repetem – é um quadro de paralisia institucional com uma descrença da população no sistema político e partidário, porque, creio eu que, mais do que em nenhum outro país da América do Sul, a Venezuela

exemplificou aquele caso clássico de um sistema na prática bipartidário – havia outros partidos inscritos, inclusive o que talvez pudesse ter sido uma alternativa, em algum momento, o MAS, Movimiento al Socialismo –, um país onde os dois partidos principais competidores estabeleceram um sistema de favores recíprocos e de jogo de compadres cujo resultado foi nefasto: afastou a população do processo político, levou à descrença da população nas instituições, no sistema partidário e no processo de competição eleitoral.

É no bojo, portanto, dessa situação, que emerge o fenômeno Hugo Chávez. Primeiro, por meio de um golpe militar, que considero a pior maneira possível da emergência de uma alternativa para o país, que é o caminho de um golpe de Estado. Então nós temos um primeiro momento deste fenômeno, que é o fenômeno Hugo Chávez: a tentativa de uma ruptura institucional, e de construção de um projeto nacional e popular, com forte base militar, por meio do golpe de Estado.

Ovídio A. Melo**: Qual a proveniência do Hugo Chávez?

Mario Guglielmelli***: O presidente Hugo Chávez é de origem humilde, filho de professores – tanto seu pai como sua mãe eram professores. Ele vem do interior da Venezuela, de Sabaneta, Estado de Barinas, a 750 quilômetros [de Caracas], aproximadamente.

* Antônio Carlos Peixoto – ACP é professor de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

** Ovídio A. Melo – OAM foi embaixador do Brasil em Angola ao tempo da independência desse país.

*** Mario Guglielmelli – MG é diplomata, cônsul da Venezuela

ACP: Muito bem. Então nós temos um período relativamente longo em que Hugo Chávez esteve preso, e uma vez que ele sai da prisão, volta à cena política. Nós temos, portanto, uma primeira aparição de Chávez na cena política, por uma vertente que é golpista militar. Temos [em seguida] o período de recolhimento, o tempo de cárcere. Temos a reemergência de Hugo Chávez no processo político, desta vez por uma vertente partidária, que não chega a ser propriamente um partido – tem mais a característica de um movimento. É uma conceituação um pouco mais frouxa que a de um partido político, não tem a estruturação que tem um partido, assume mais a forma de um movimento, aliás não muito diferente de outros casos aqui da América Latina – no seu início, o peronismo foi muito mais um movimento do que um partido (a configuração partidária foi surgir algum tempo depois). Então temos Hugo Chávez voltando à cena, e voltando à cena desta vez com um projeto organizado, não só um projeto de exercício de poder estruturado, mas também com um organograma mais ou menos definido do que deveria ser uma nova institucionalidade na Venezuela. Daí nós temos então a sua eleição, nós temos dois anos de exercício de poder, e nós temos a promulgação da nova Constituição venezuelana. Uma vez promulgada esta Constituição, Hugo Chávez renuncia e convoca novas eleições, se apresenta novamente como candidato, é reeleito, e então inicia-se o período de mandato presidencial. Esse período tem uma interrupção, uma tentativa de interrupção...

Sonia de Camargo*: Tenho a impressão que a Constituição foi aprovada em 1999, e a eleição dele foi em 1998...

MG: Ele é reeleito presidente, se cria uma assembléia constituinte, se aprova uma nova constituição, [o presidente] Chávez se submete ao marco da nova constitucionalidade, da nova Constituição, um processo de relegitimação.

ACP: Ele foi eleito numa assembléia constituinte e, depois da Constituição promulgada, ele concorre novamente à presidência já, como disse o Mario Guglielmelli, nos marcos da Constituição venezuelana... Nós temos então essa tentativa de interrupção, que foi efetivamente uma interrupção por algumas horas – de abril de 2002, com o golpe de Estado, golpe que por algumas horas levou ao poder um conhecido empresário venezuelano, Pedro Carmones Tango, e rapidamente, essa é uma questão que podia ser aprofundada aqui... E, nessas condições, depois de uma rápida inversão de posições em alguns comandos militares essenciais – aí entra a questão da técnica do golpe ou do contragolpe –, e Hugo Chávez volta então ao poder. Volta ao poder para logo depois enfrentar um período difícil e conturbado, que é uma greve dos chamados setores produtivos, que contou com forte apoio, inclusive, da PDVSA [Petróleos de Venezuela], que é o pilar central da economia venezuelana. Essa greve foi vencida pelo cansaço – em algum momento, os mentores da greve sentem que por ali não havia caminho nenhum, e decidem então

* Sonia de Camargo – SC é professora do Instituto de Relações Internacionais, IRI, da PUC-Rio.

voltar atrás e tentar uma outra maneira de imprensar e eventualmente deslocar Chávez do poder, que é a longa preparação deste referendo, um referendo que culmina com a vitória chavista em agosto desse ano. O Elysio Pires foi o primeiro a me dizer, numa viagem de avião para Brasília, no ano passado, que o Hugo Chávez ia ganhar a eleição de qualquer jeito. Dei algum crédito [àquilo na época], não total, mas depois fui vendo que ele [Elysio] tinha razão.

Então eu gostaria que nós nos fixássemos também nesses pontos: tentativa de golpe, cárcere, volta à cena política, criação de um movimento capaz de levá-lo ao poder, eleição à presidência, promulgação da Constituição, nova eleição, tentativa de golpe, espécie de *lock out* das classes proprietárias, derrota dessa tentativa de *lock out*, organização do referendo e vitória chavista no referendo. Isso me parece muito importante para ratificar aquilo que eu disse antes: é um fenômeno de sobrevivência política – disso não tenho nenhuma dúvida. E chamar atenção também para o seguinte: o fato de que a única vez em que Chávez se deu mal foi quando ele tentou o golpe de Estado – das outras vezes ele se deu bem. Isso pra mim já é uma coisa auspiciosa.

RA: Antes de continuarmos a rodada, gostaria de agregar – provocado pela intervenção do Antônio Carlos Peixoto – alguns elementos, os quais, entendo, não devem ser alijados de análise como esta a que nos propusemos, sob o grave risco de perdermos a perspectiva histórica; refiro-me ao risco de ficarmos limitados à análise, às vezes anedótica mas sempre pobre, da personalidade de Hugo Chávez. Penso que

outros elementos, ademais de sua personalidade, sua formação, sua suposta pulsão ‘golpista’ ou seu ‘populismo’ ou autoritarismo, devem ser considerados. Refiro-me, inicialmente, à questão geopolítica: às alterações sofridas pela geopolítica latino-americana, as relações do Governo Chávez com o Sul do Hemisfério, e particularmente as perspectivas do Mercosul. Entendo que, no curso das discussões, precisamos considerar o papel desempenhado pelos Estados Unidos, papel, até aqui, felizmente não decisivo, mas sempre papel importantíssimo principalmente na oportunidade do processo de crise social-política-econômica e institucional que culminou na frustrada tentativa de golpe. Sugiro ainda, como ponto para discussão, examinarmos o papel desempenhado pelo Brasil, e diga-se com justiça, não só pelo atual governo; já no governo Fernando Henrique o Brasil toma posição clara de apoio ao constitucionalismo e à legalidade na Venezuela; ainda no final do governo Fernando Henrique e início do governo Lula há a considerar a posição decidida do Brasil no caso da greve dos petroleiros, fornecendo combustível ao país vizinho... Sugiro que consideremos esses fatos ou esses aspectos da questão venezuelana em suas relações com o nosso Continente, e, *pari passu*, abordemos a formulação da atual política externa brasileira, para o Hemisfério, que me parece mais claramente ativa do que a política anterior, e as modificações na Argentina – a conturbada Argentina, de novo a presença brasileira no Cone Sul, e o início da recuperação econômica e política da Argentina através da administração de Nestor Kirchner; sonha-se, fala-se muito inclusive, num eixo Caracas-Brasília-

Buenos Aires, que pode ser um eixo real, pode ser uma utopia, mas que representa três dos mais importantes países da América do Sul, principalmente se considerarmos a situação crítica que vive o Peru de hoje, e a virtual insolvência institucional em que se encontra a Colômbia. Esses países começam a encetar políticas de cooperação. Não sei se o embaixador Ovídio de Mello concordará comigo, mas nós não tínhamos em nosso continente políticas de cooperação próprias. As políticas eram ditadas pelo grande vizinho do Norte que dava o tom das relações. Agora estamos, talvez por estarem os Estados Unidos mais preocupados com o petróleo do Oriente, tendo tempo para estabelecer nossas próprias políticas. Acho que isso é um fato novo. O esforço de construção do Mercosul, ao qual está aderindo a Venezuela, e a cooperação direta entre as administrações brasileira, venezuelana, argentina e peruana, entre outras iniciativas. Estou tentando trazer elementos para nossa discussão. Os historiadores dizem que o principal general da revolução de 1930, no Brasil, foi o ‘General Café’ – a crise do café é que teria criado condições objetivas para a chegada dos castilhistas e dos positivistas até à Cinelândia. Suponho que um outro ‘general’ vem participar da crise venezuelana, e ele se chama ‘General Petróleo’. Entendo que deva ser apreciado: a administração Chávez, cujo orçamento foi elaborado no ano passado, quando o preço do barril do petróleo girava em torno dos 30 dólares e hoje administra com suas receitas alimentadas por um petróleo que nos mercados de Londres e Nova York já está nos patamares dos 50 dólares. E é evidente que os novos recursos ensejaram as inversões do gover-

no Chávez em programas sociais, o que todos os observadores indicam como um dos fatores decisivos na solução do plebiscito. De outra parte, parece-me evidente que a crise do preço do petróleo devolve à Venezuela um papel de ator no processo internacional. Lanço essas observações na tentativa de provocar a discussão.

OAM: Devo fazer antes de tudo um *mea culpa* – sou diplomata de carreira, aposentado já há bastante tempo, uns dez anos – mas devo dizer que durante a minha carreira, a Venezuela teve uma participação muito pequena na história do Continente. Servi, por exemplo, na OEA [Organização dos Estados Americanos], e os meus contatos com a realidade venezuelana da época – era no tempo do Rómulo Betancourt – era algo em que a Venezuela se punha numa situação indefinida, ou contrária a Cuba, que era o problema candente. E a Venezuela tinha uma passividade política, tinha uma situação de paz política que se fundava na extração e fornecimento de petróleo para os Estados Unidos, por companhias que pareciam ter uma participação americana total. Não havia verdadeiramente problemas políticos da Venezuela que se projetassem para o resto do Continente, e que chamassem a minha atenção. E não era por falta de curiosidade, sempre tive uma curiosidade muito grande pela América Latina – por exemplo, estando na OEA, eu procurei ler as obras de Simón Bolívar, e isso era instrução política pra mim –, mas naquele momento a Venezuela estava apagada, estava desligada, digamos, daquele tumulto, da turbulência que prevalecia na OEA com a questão cubana. Depois disso, também não me preocupei com a Venezuela,

não tive ocasião nem razão para me preocupar com a Venezuela, porque não a vi envolvida em problemas nem de associação comercial latino-americana – a Venezuela parecia auto-suficiente, distante, e parecia que não havia problema algum de contencioso entre a Venezuela e o Brasil [ou outro país]. Então, não havia razão nenhuma para que me dedicasse à Venezuela. Veio chamar-me a atenção o primeiro golpe do Chávez, e depois o fato de que esse militar golpista, com uma outra figura, vinha de uma outra forma, elegia-se e era apoiado pelo povo, pela grande massa do povo. E senti que havia, da parte dos Estados Unidos, uma hostilidade bastante grande para com Chávez, mas sem, ao mesmo tempo, poder explicar as razões dessa hostilidade, porque o que eu poderia imaginar é que a situação do petróleo fosse continuar como era, ou seja, sem causar atritos maiores entre Estados Unidos e Venezuela. Para minha surpresa, vi que isso não ocorreu, ou seja, o motor de toda essa agitação havida na Venezuela – a derrubada do Chávez, sua volta e sua aceitação pelo povo – era algo que vinha girando, de certa maneira, em torno das atitudes que ele tomava no tocante a essa grande riqueza nacional que era o petróleo. Mas verdadeiramente, devo confessar, isso tudo é prova de minha ignorância quanto aos problemas da Venezuela. Não tenho uma seqüência clara, não tenho uma visão clara da Venezuela – nem lá servi, servi no Caribe, por exemplo, e no Caribe a Venezuela tem um papel importante, mas também, naquele momento, o papel da Venezuela no Caribe estava um tanto amortecido, um tanto apagado, não havia maiores interesses... no tempo do CEAGA [Cluster de Empre-

sas de Automación de Galicia], na Jamaica, em que não havia uma intervenção grande da Venezuela no Caribe como poderia haver. As relações com Cuba estavam esfriadas... Entre os pontos levantados, que me pareceram todos eles muito importantes, mas acho que esqueceu-se de falar de Cuba.

RA: O apoio de Hugo Chávez a Cuba é o mais decidido dentre todos os governos da América do Sul, porque, inclusive, se efetiva com o fornecimento de petróleo a preços diferenciados, fundamental em face da grave crise de energia daquele país.

OAM: Exato. Acho que é decisivo isso, o papel de Cuba é muito importante.

RA: Não foi por acaso que, na oportunidade do frustrado do golpe da direita, os adversários de Chávez tentaram promover a invasão da embaixada cubana.

OAM: Agora, quanto a associações latino-americanas, estou um tanto descrente. Estamos vendo a Argentina impor obstáculos diários ao Mercosul, e isso num momento em que o Brasil está fazendo todo o possível para ser acomodaticio e fazer as pazes com a Argentina. Estou vendo a Argentina relutante, e a cada passo embarçando as pernas do Brasil. O Elio Gaspari escreveu um artigo ontem n’*O Globo* falando sobre a dissociação latino-americana, não há uma associação latino-americana visível. E é evidente que se nós pudéssemos, tivéssemos meio de formar uma associação [entre] Argentina, Venezuela [...] nós teríamos oportunidade talvez de compensar as intromissões que os Estados Unidos fazem no Conti-

nente. Mas isso é muito difícil porque na realidade as divisões são muito grandes entre nós mesmos, e no momento estamos com uma certa folga de ação porque os Estados Unidos estão afundados até as orelhas na Ásia. Mas me parece também que no momento em que eles conseguirem se desvencilhar dessa situação na Ásia, a atitude deles na América Latina será muito mais forte, muito mais decisiva, muito mais importante e talvez intolerável, do nosso ponto de vista.

Ailton Benedito de Sousa*: Eu gostaria de pedir a confirmação sobre esse perfil da empresa estatal de petróleo: Dizem aqui que, seguindo o modelo africano, o modelo da Nigéria – sociedade multiétnica, mas que na divisão de riqueza não reconhece essa característica, então continuam com a política colonialista internamente. Assim, dizem que essa empresa gasta, ou gastava antes do Hugo Chávez, 70% da receita com salário, elevadíssimos para os primeiros escalões, que era o esquema da distribuição interna da riqueza. Então a aristocracia contratava o técnico de classe média através de uma série de instituições... o colégio dos filhos, a loja do shopping etc. Já a classe média então contratava o motorista e a empregada doméstica. E através desse esquema em cascata havia a circulação da riqueza. E muita lavagem de dinheiro, muito dinheiro no exterior... Bem, dizem que esse é o principal mobilizador da reação contra o Chávez a partir da aristocracia e da classe média. Quería saber o que tem feito o governo

Chávez, com esse respeito à Constituição bolivariana – e todos esses últimos acontecimentos mostraram pela primeira vez um governo sul-americano na retaguarda diante dos ditames de uma Constituição, cumprindo a Constituição, e forças políticas conservadoras atuando no sentido de derrotá-lo através de um pacto com as classes médias. Sei que há uma política social, mas [eu gostaria de ouvir] dados sobre essa mudança trazida pelo Presidente Chávez, a riqueza nacional revertendo em termos de ação social e em termos de reestruturação do país porque, quando o petróleo acabar, nós vamos ficar como a Bolívia?..

MG: Em realidade, há certa razão em alguns dos delineamentos que vocês formulam. Devo lembrar aos senhores que o presidente Hugo Chávez, quando ainda não era presidente, como parte de seu programa de governo e sua campanha, que era o marco de seu projeto político, dizia que o petróleo da Venezuela, da PDVSA, era uma caixa-preta, e essa caixa-preta deveria ser aberta. E havia muitas críticas sobre como se manejava a PDVSA nessa época, como se manejava seus recursos, e havia que colocar certa ordem nisso tudo. Em muitos casos parecia que a PDVSA era um outro governo, com políticas próprias, que não tinha nada que ver com a política do governo. E do que se trata agora, e o que está sendo o governo bolivariano, é dar um sentido mais coerente à PDVSA no marco da política social proposta pelo presidente Chávez, e no marco da diplomacia comercial e da política exterior que

* Ailton Benedito de Sousa – ABS é da redação de C&P.

o governo venezuelano propõe. A proposta é vincular a PDVSA como instrumento do Estado, como instrumento de política exterior. E nesse sentido, se está utilizando a PDVSA para levar a cabo ações no nível social. Muitos recursos do petróleo estão sendo utilizados nos planos sociais do governo, chamadas *misiones* – *misión Robinson*, *misión Barrio Adentro*, que têm criado centros de atendimento médico para a população nos bairros de Caracas. Isso nunca foi feito na Venezuela. Investir na educação daquelas pessoas das classes populares e que não têm recursos para estudar. Esses recursos estão sendo utilizados nos planos sociais do governo. Por outro lado, dirigir o negócio petrolífero em termos de cooperação. Acabamos de fechar um acordo com a Argentina muito interessante em termos de cooperação, em termos de solidariedade. Em troca de petróleo, estamos recebendo produtos da Argentina de que necessitávamos na Venezuela para dinamizar setores produtivos. E nesse momento também acabamos de firmar uma negociação, nesse sentido, com o Chile.

Pedro Amaral*: Existe um maior controle do governo sobre a PDVSA...

MG: Claro, a PDVSA é um organismo do Estado venezuelano, que faz parte do estado venezuelano, e a política do Estado venezuelano una, [que] o presidente dirige por meio do Ministério das Relações Exteriores. Então, não se pode fazer como no passado. Hoje em dia, há uma política

mais coerente nesse sentido, mais homogênea nesse sentido, e em termos diferentes. Como todos sabem, a Venezuela tem um potencial petrolífero imenso... e o que queremos é utilizar e unir o potencial energético do Brasil, da Argentina, da Venezuela, da Bolívia. Não sou especialista, mas sei que a América do Sul tem um potencial energético enorme, a perder de vista. Por que não unirmos nossos esforços? Criarmos uma empresa, e utilizamos nossos próprios recursos. Nesse momento de crise e guerra no Oriente Médio, a intervenção dos Estados Unidos, nós podemos ser um potencial energético que possa ajudar o mundo em termos solidários, com uma política energética solidária.

Vito Giannotti:** Quando a gente fala sobre a Venezuela, sinto a necessidade de divulgar, espalhar algumas precisões, alguns esclarecimentos que são necessários, sobretudo frente ao bombardeio que toda a mídia brasileira, toda ela anti-Chávez, toda ela contra qualquer processo de libertação da América Latina, toda ela é súcubo do império americano, ela continua difundindo inverdades, falsidades, mentiras, omissões que acho que a gente tem que clarear muito melhor. Primeira coisa pra mim é a história de Chávez golpista. Nunca gostei de militar – fui preso e torturado como muitos aqui, qualquer lutador da América Latina já se viu com os militares e teve problemas. Logo que apareceu Chávez, tive uma antipatia imediata porque era um militar. Só que, pra mim, chamar o Chávez de golpista está

* Pedro Amaral – PA é da redação de C&P.

** Vito Giannotti – VG é escritor, coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação.

errado. Chávez não foi golpista, ele estava simplesmente, através de um golpe militar primeiramente das baixas patentes, não era nenhum general, nenhum militar dos grandes generais que sempre deram os golpes na América Latina, ele era contra uma corrupção desenfreada, de um governo que tinha implantado o neoliberalismo na Venezuela, que tinha provocado a maior miséria, o desemprego estava em 15%, tinha provocado um desastre que se revelou naquele *caracazo* em que houve milhares de pessoas assassinadas pelo governo Andrés Pérez. Esse golpe do Chávez é muito diferente dos outros golpes da América Latina. Não foi um golpe que tenha sido tramado na embaixada americana, não foi um golpe que teve apoio dos Estados Unidos. Ao contrário, foi um golpe que queria moralizar aquele país e dar um outro rumo àquela Venezuela. Pra mim, não tem nada a ver com o nosso golpe. A gente lembra do nosso golpe militar aqui, e é totalmente diferente. O nosso golpe, aqui no Rio de Janeiro, era planejado na embaixada americana, com o cardeal do Rio de Janeiro, com a burguesia daqui, com o IPES [o Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais] etc. Não tem nada a ver com o golpe que o Chávez deu. Então, pra mim, a gente precisa tirar essa imagem de Chávez golpista, porque a imagem seguinte que os todos os jornais do Brasil continuam dando é que o Chávez não é um democrata, no mínimo, pra não dizer que é um ditador. Acho que nós temos que resgatar o fato de que Chávez é o maior exemplo de democracia da América Latina. Nenhum país do mundo nunca se permitiu que um presidente fosse submetido a um ato de validação do mandato, com a possível revogação do mandato.

Não existe em constituição nenhuma do mundo, e foi o Chávez que encabeçou e coordenou essa constituição. Então isso merece ser destacado, claro que a gente sabe muito bem, mas [é preciso] destacar que o outro lado, os que querem derrubar o Chávez, que foram aqueles que derrubaram o João Goulart, que foram aqueles que deram todos os golpes da América Latina, o outro lado quer misturar as bolas e confundir o Chávez com um antidemocrata. Pra mim, nenhum presidente ganhou tantas eleições como o Chávez – se submeteu a seis eleições em oito anos! Quem fez isso em algum lugar do mundo? Ninguém. Então, isso é fundamental...

MG: Evidentemente compartilho essa idéia. Não acho que o presidente Chávez possa ser considerado um golpista. Temos que entender o que acontecia na Venezuela nessa época. Quando Rómulo Betancourt foi nomeado presidente, a Venezuela atravessa um momento muito difícil – um enfrentamento com as guerrilhas de então na América Latina, um enfrentamento direto com o governo Fidel Castro, e com o governo totalitário de [Rafael Leônidas] Trujillo na República Dominicana. Rómulo Betancourt foi vítima de um atentado... para manter essa democracia nascente na Venezuela se criou um pacto, que se chamou pacto “Punto Fijo”, que foi firmado pelos três partidos mais importantes daquele momento – a Acción Democrática [AD], partido social-democrata, o Partido Social Cristiano [COPEI], partido de direita ou centro-direita, vinculado à Igreja, e o partido Unión Republicana Democrática [URD]. Esses três partidos firmaram esse acordo para tentar sustentar a democracia. Nesse mo-

mento, o papel da Venezuela no cenário internacional era pouco conhecido porque estava em um processo de consolidar um projeto político, um projeto democrático daquele momento. Mas é um projeto político que se degenera, e houve episódios de corrupção, os sindicatos naquele momento se vinculam à *Acción Democrática*, e tornam-se instrumentos dela... Os sindicatos de operários e trabalhadores se convertem em instrumentos dos partidos políticos, e praticamente a central operária do país se converte em braço sindical da *Acción Democrática*. O sistema judicial também é governado pelos partidos políticos. Em reuniões para alguns poucos se decidia a formação da Corte Suprema, quem eram os membros da legislatura, quem seriam os líderes sindicais – todas as instâncias de poder do país, incluindo as cúpulas militares, eram coordenadas e dirigidas por três ou quatro líderes da Venezuela. *Acción Democrática* e *COPEI* se reveavam no poder. E aí se criou uma corrupção imensa. Todos os recursos gerados pelo petróleo foram para o exterior. Todos os projetos de desenvolvimento econômico fracassaram. E chegamos a fevereiro de 1989, quando ocorre uma manifestação popular na Venezuela, o povo sai às ruas, e durante uma semana paralisam o país. E o que aconteceu [em seguida]? O Exército saiu às ruas e massacraram um enorme número de venezuelanos que protestavam porque tinham fome, e contra tanta impunidade. Os pobres não tinham direito à justiça. E é aí que surge a figura de Hugo Chávez. Vai aparecendo um grupo de cadetes jovens, de oficiais jovens, que acham que as coisas não devem seguir como seguiam. E a intenção do golpe militar não foi instaurar uma di-

tadura de direita ou algo do estilo, mas rebelar-se contra uma injustiça, e mudar o modelo político vigente por outro. Essa tentativa falhou. Mas o povo creditou confiança nessa gente, foram às eleições e hoje temos um líder popular como Hugo Chávez. Então, evidentemente não foi um golpe militar de direita, nem com a intenção de instaurar uma ditadura fascista, nem algo do estilo. Enquanto que, quando houve a tentativa de golpe contra o presidente Chávez em [abril de] 2002, em menos de 48 horas se assentou um senhor ali, se auto-juramentou e dissolveu todos os poderes legalmente constituídos. Na greve petroleira que tivemos recentemente, e que paralisou o país por dois a três meses, essa greve foi combatida com uma coisa apenas: com democracia. Não assassinaram ninguém, ninguém foi preso, não houve nenhum jornalista preso. Porque essa greve foi simplesmente um complô de um grupo que estava infiltrado, que pensava que, se paralisasse a indústria petroleira na Venezuela, o presidente Chávez caía. Mas tivemos o apoio do governo do Brasil, tivemos apoio da comunidade internacional, que exigiu que as instituições e a democracia na Venezuela fossem respeitadas. E este novo processo de legitimação do presidente Chávez [o plebiscito], que é inédito no mundo, que lhe dá a vitória com uma diferença de quase dois milhões de votos, não me parece caracterizar um ditador...

ACP: Eu não tenho aqui nenhum interesse em adjetivar Hugo Chávez como golpista. Agora, uma coisa é certa: a primeira tentativa de tomada de poder foi pela vertente do golpe de Estado. Se o adjetivo golpista cabe a ele ou não, isso é

outro problema – mas é fato que houve um golpe de Estado, isso não é interpretação. Não foi bem sucedido, mas o golpe ocorreu. O golpe não foi bem sucedido e levou Chávez ao cárcere. Outra coisa é a seguinte: tenho muita resistência nessa questão da colocação de um golpe de Estado no espectro político. Podemos traçar a genealogia de um golpe de Estado, nós sabemos como é que ele começa, agora saber como é que eles terminam é uma coisa muito complicada. Então, prefiro obviamente um homem como Chávez, que tem esse atributo da longevidade, da quase perenidade política nas urnas, do que por uma vertente militar. Só quis deixar claro isso.

VG: Eu só gostaria de diferenciar para combater a direita brasileira e mundial, os Estados Unidos e seus lacaios aqui, que exploram esse aspecto para tentar dizer que Chávez não é um democrata, que Chávez seria um ditador. Isso então acho que temos que precisar muito bem, sem nenhum hino – nunca gostei de militar. A outra coisa importante é a história da greve – pra mim, não podemos chamar aquilo de greve. Aquilo foi um *lock out*, planejado nos Estados Unidos... A Central dos Trabalhadores lá não tem nada a ver com os trabalhadores – é uma central patronal, uma central inimiga do povo venezuelano, vendida aos Estados Unidos, vendida ao imperialismo. Ela é que planejou o golpe junto com a alta hierarquia da PDVSA. Então, chamar isso de greve não é exato – foi um *lock out*. Evidentemente, toda a alta hierarquia tinha planejado explodir todo o sistema de petróleo da Venezuela. Eles fizeram boicote... Os trabalhadores resistiram, e tem mais, eles tocaram a refinaria

depois e mesmo durante esse *lock out*, sobretudo depois, eles conseguiram retomar... Venceram o *lock out*, e conseguiram driblar toda a alta hierarquia, que era todo um problema de classe, e estava lá querendo boicotar e acabar com Chávez. Depois de não ter conseguido com um golpe, tentaram com esse *lock out*. Então é importante apontar o envolvimento dos Estados Unidos e da Central Sindical, a CTV [Confederación de Trabajadores de Venezuela], que não tinha nada a ver com os trabalhadores naquele momento. Outra coisa que foi falada aqui: Chávez demitiu dezoito mil hierarcas, dezoito mil burocratas da PDVSA foram demitidos devido à greve, da forma mais democrática do mundo. Está havendo substituições, e estão conseguindo tocar com os trabalhadores envolvidos. Quer dizer, esta é a característica do regime do Chávez: o povo está sendo chamado a participar, a discutir, e se envolvendo. Acho que isso precisa ser resgatado. Houve, sem dúvida, a tentativa de golpe. Mas o Chávez não se converteu em dois anos de prisão. Ele realmente tinha um projeto para a Venezuela, um projeto diferente, e o referencial está aqui: os Estados Unidos querem derrubá-lo – tentaram três vezes, tentaram com o golpe de abril [de 2002], tentaram com o *lock out*, tentaram com o plebiscito, e a próxima tentativa será tentar matá-lo. É sinal que está atrapalhando os Estados Unidos. Então acho que é preciso resgatar isso, e colocar no centro das análises. A longevidade – concordo com o que foi dito – mostra um apoio popular tremendo, senão teria caído há muito tempo.

OAM: Acho que é extremamente benéfico que os Estados Unidos estejam atolados

na Ásia. Essa análise me parece perfeita. A minha experiência na OEA, do que vi da política americana em quarenta anos de carreira, acho que é o recurso que está faltando [o assassinato de Chávez], é o recurso que os Estados Unidos usariam agora. Mas fiquei impressionado com um dado da sua exposição: o senhor disse que dezoito mil hierarcas... eram altos funcionários? Quantos funcionários tinha essa companhia?

VG: Eram altos funcionários da PDVSA. Não sei quantos funcionários havia, mas sei que dezoito mil foram mandados embora – altos funcionários, os protegidos de papai, os que entraram por corrupção, os parasitas que se mantém lá sem fazer nada, cabide de emprego...

OAM: Qual é a população da Venezuela?

SC: Vinte e três milhões, vinte e quatro aproximadamente.

MG: Havia uma burocracia excessiva na PDVSA. Isso ficou claro, pois a indústria petrolífera venezuelana está se recuperando. Os planos de expansão estão sendo levados a efeito... Havia muito mais funcionários do que necessitava a indústria. Isso se pode comprovar tranquilamente agora, quando o país recuperou o ritmo de crescimento da indústria petrolífera.

Geo Brito*: O que mais me interessa quanto à Venezuela é a questão da democracia. Acho que o que a gente tem que aprender mais com a Venezuela é a de-

mocracia – e acho que não só os latinos, mas o mundo inteiro. A Europa, quando um governante começa a ter ações mais à esquerda, ela o chama logo de populista – palavra que a mídia usa muito quando um governante começa a ter ações mais à esquerda. E o que acho muito impressionante é o processo que, mesmo o Chávez não tendo um sistema partidário – que também não é uma questão apenas de uma crise na Venezuela, mas do mundo todo, se a gente for pensar o que é o sistema partidário hoje no mundo, os Estados Unidos com dois partidos, na Inglaterra são dois partidos, na França dois ou três –, ele acaba rompendo um pouco com esse sistema. O próprio Brasil está vivendo uma situação em que o sistema partidário está se esfacelando, de certa forma. Então, o que me atrai muito é o modo como se deu o processo de organização dele, como é que ele conseguiu de certa maneira democratizar a democracia, que acho que seja o grande desafio de todo o mundo hoje. Por exemplo, esse processo da construção da própria Constituição: o Brasil teve um processo constituinte super-interessante, mas pelo que vejo na Venezuela, não se compara: vi algumas imagens impressionantes, que nunca havia visto, que era a população defendendo a Constituição, com a Constituição – e a gente sempre viu o contrário. Nunca vi o Chávez falando de socialismo, mas ele tem claramente um governo anticapitalista, e acho que a gente está aprendendo muito com ele – porque o Salvador Allende tinha uma proposta clara de socialismo pela via eleitoral, e o Chávez, independente de ter ou não uma

* Geo Brito – GB é sociólogo e ator, do Centro de Teatro do Oprimido – CTO-Rio.

proposta claramente socialista, tem uma proposta claramente anticapitalista...

Elycio Pires*: Só uma ressalva: isso não corresponde à realidade. O Chávez em nenhum momento fez profissão de fé socialista, e a Constituição fala do respeito à livre empresa...

GB: Mas o que me impressionou nesse processo foi o fato de a população ter ocupado praticamente o palácio Miraflores, e não tomar o palácio – quer dizer, mais uma vez defender a Constituição, nunca vi um povo tão constitucionalista, tão legalista desse ponto de vista. Então acho essa capacidade de organização da população impressionante. Não conheço bem a história dos movimentos sociais na Venezuela...

ACP: A Venezuela derrubou dois ditadores na força – derrubou o legado do governo Gómez e depois derrubou Pérez Gimenez. O povo de Caracas, do que conheço da América Latina, é uma das populações mais heróicas que existem aqui nesta parte do mundo. É uma população heróica – ela vai para a briga quando tem que ir.

MG: Nós falamos que somos estruturalmente democráticos – os venezuelanos e o governo.

ABS: Quanto à Constituição venezuelana – não sei como anda o movimento constitucionalista no mundo –, mas acho que ela tem uma série de coisas inéditas. Em primeiro lugar, ela revive Jean-Jacques Rousseau de uma maneira impressionan-

te, leio a Constituição e vejo nelas as idéias centrais de Rousseau. A questão das obrigações da cidadania – enquanto aqui o neoliberalismo fica ensinando cidadania, e cidadania não se ensina, Rousseau deixa isso claro –, na Constituição bolivariana o próprio texto dá as obrigações do cidadão. Outra coisa: é instrumento para o exercício de práticas da democracia direta. Acho que ela pode nos ensinar muito neste momento.

EP: Gostaria de acrescentar uma outra contribuição da Constituição da Venezuela, que não conheço em nenhuma constituição do mundo, que é o tratamento dos dois gêneros. A Constituição do Brasil fala “O Presidente da República”; a Constituição da Venezuela fala “O Presidente ou a Presidente”, “o deputado ou a deputada”, “o alcaide ou a alcaide”, em todo o texto da Constituição...

SC: Eu gostaria de aproveitar o mote lançado pelo Antônio Carlos Peixoto, que é a explicação da longevidade do governo Chávez. Acho que além de toda a questão que vimos aqui, quanto ao apoio da população, sobretudo a população excluída, mais carente, enfim, toda a população marginalizada, existe a questão dos Estados Unidos, que neste momento não têm interesse de radicalizar com a Venezuela por conta do petróleo. O petróleo faz com que esses dois, a Venezuela e os Estados Unidos, tenham de estar de alguma forma cooperando, porque do contrário teriam feito a mesma coisa que fizeram com Salvador Allende. Se o Chile tivesse pe-

* Elycio Pires – EP é consultor de marketing e comunicação.

tróleo, o Allende não teria sido derrubado. Então, os Estados Unidos precisam do petróleo venezuelano, assim como a Venezuela também precisa dos Estados Unidos, que são o primeiro importador do petróleo da Venezuela.

RA: Entendo que isso é a mais grave ameaça que pesa sobre a Venezuela.

SC: Se a deposição do Chávez tivesse ocorrido, se a oposição ao Chávez tivesse sido uma posição constituída e unificada, com clareza, de alguma forma bem estruturada, se ela tivesse certeza que Chávez fosse substituído e houvesse eleições próximas, mas vendo a instabilidade que traria o golpe – porque a oposição estava absolutamente dividida, havia a extrema direita, isto é, a oposição foi no fim homogeneizada pela extrema direita, porque inicialmente havia uma série de outros grupos que queriam a destituição de Chávez, ou porque não gostavam de sua forma de se relacionar com a população, ou seja o que for, mas nem todos eram de extrema direita; só que a oposição foi caminhando e foi cada vez mais se diretizando. Então os Estados Unidos estavam certamente convencidos de que no caso da queda de Chávez haveria uma instabilidade enorme no país, e isso causaria uma ruptura da política petroleira, e por isso não interessava aos Estados Unidos. Os Estados Unidos gostariam, de alguma forma, de terem enfraquecido o Chávez, de alguma maneira que o Chávez tivesse caído, mas dado lugar a um governo com credibilidade, com possibilidade de governabilidade para depois. Eles não queriam, em nenhum momento, que se instalasse um caos na Venezuela. Foi por isso que os Estados

Unidos não foram às últimas conseqüências, porque senão eles teriam derrubado tranquilamente o Chávez. Não haveria de ser só a questão da população que teria impedido os Estados Unidos – os Estados Unidos sabem o que fazer com a população, eles souberam como fazer no Chile etc. Então acho que isso é o dado importante para se pensar o porquê do Chávez continuar no governo, apesar de tudo o que ele representa para os Estados Unidos em termos de ameaça verbal – não é uma ameaça de segurança aos Estados Unidos, e por outro lado a Venezuela é um país com que os Estados Unidos precisam ter um acordo a respeito do petróleo.

A partir daí fiquei pensando em outros momentos em que apareceram movimentos assim como o chavismo, que se iniciou sobretudo mais como movimento. Eu estava lembrando um pouco do movimento peronista, e por que os populismos, como se disse, são sempre ditos antidemocráticos, não democráticos etc. Não estou me referindo tanto ao chavismo, mas se nós pensarmos em outros movimentos populistas, como por exemplo o peronismo, há uma coisa muito clara: se por um lado, efetivamente, ele tem uma política dirigida às classes mais pobres, às classes trabalhadoras, porém uma política dirigida de cima, e não escolhida – daí é que vem o termo populismo...

RA: ... e de alianças com os interesses da classe dominante, e com eixos internacionais hegemônicos, o que não ocorre na Venezuela.

SC: Então acho que o fenômeno Venezuela é curiosíssimo por isto, porque

ainda não se tem uma clareza em como categorizá-lo em termos das definições que nós mais ou menos conhecemos como modelos políticos. O Chávez é uma pessoa que tem o discurso populista – ninguém nega, ele tem um discurso populista –, sendo que ele não é revolucionário, ele quer transformar, mas na democracia, com capital privado etc. Então é preciso também situar isso, a situação venezuelana agora está se dando em uma conjuntura mundial de globalização, de força do capital financeiro, de hegemonia financeira dos Estados Unidos, de necessidade de capitais – a Venezuela necessita enormemente de financiamentos externos, inclusive pra suas outras corporações de petróleo que estão dentro do território venezuelano. Então a revolução dentro da revolução da Venezuela não pretende romper com nada disso, pretende sim incorporar, digamos, as classes excluídas dentro do sistema político venezuelano. Agora, como ela tem petróleo, ela pode de alguma forma ser mais radical e brigar mais. Por exemplo: suponhamos que aqui no Brasil o modelo Lula teria ou tem este projeto – só que o Brasil, apesar de hoje em dia estar criando forças no cenário internacional, não tem o petróleo como moeda de troca, é muito mais vulnerável nesse sentido. A Venezuela está montada no petróleo, tem essa moeda de troca, então pode ter um discurso radical, mesmo que tenha um projeto que não é nada radical. Então acho que isso é que faz a peculiaridade da Venezuela.

RA: Antes de continuar a rodada, gostaria de levantar duas outras questões. Uma delas, já referida pelo Afilton Benedito, é a questão constitucional venezuelana, que

não se consegue discutir, que não desperta o interesse mesmo desta mesa. Há um silêncio sobre a constituição venezuelana, que é inovadora na sua forma de elaboração e na sua essência, pois é participativa. Enquanto nossa Constituinte teve a presença de senadores eleitos antes de ela ser convocada, e senadores, portanto constituintes, biônicos, isto é, não-eleitos, e ainda convocada por um congresso ordinário, na Venezuela foi eleita uma constituinte originária, e exclusiva, convocada e eleita exclusivamente para o processo constituinte, se autodissolvendo com a promulgação da Carta bolivariana, submetida a *referendum* popular. Ademais, trata-se de constituição que instaura no continente a democracia participativa, e inaugura institutos como a derrogação e a confirmação do mandato, de todos os mandatos, assim derogando o mandato imperativo. E o inspirador dessa medida revolucionária foi o primeiro a ela submeter-se. Outro ponto que gostaria que não esquecêssemos, relembro uma vez mais, trata-se das questões geopolíticas. Quero dizer que não devemos discutir a Venezuela isoladamente, mas pensar, e nos perguntarmos, se há realmente uma nova geopolítica na América do Sul. Quais são as perspectivas que se abrem com a consolidação de Chávez, a provável eleição de Tabaré Vázquez, e as eleições norte-americanas do dia 2 de novembro. No meio de tudo isso a política externa brasileira, ao meu juízo mais preocupada com as relações Sul-Sul.

PA: Eu gostaria de falar duas coisas antes de passar à questão geopolítica. Tenho aqui uma entrevista do Chávez, publicada num *site* da Nova Zelândia, e que corro-

bora essa caracterização que a Sonia de Camargo estava fazendo, de uma certa moderação, do ponto de vista ideológico. O Chávez diz assim: “eu não acredito em postulados dogmáticos de revolução marxista, não aceito que nós estejamos vivendo num período de revoluções proletárias. Tudo isso precisa ser revisado. Nós estamos na Venezuela hoje defendendo a abolição da propriedade privada, ou uma sociedade sem classe? Eu acredito que não.” E ele diz em seguida que não é por isso que ele está convencido de que não se pode fazer nada pelos pobres na Venezuela, pelas pessoas que transformaram a Venezuela em um país rico. Aliás, um dado que acho sempre impressionante quando se fala em Venezuela é o nível de pobreza, a grande quantidade da população que vive na linha de pobreza que, ouvi falar, está em torno de 80% da população...

MG: Os sociólogos têm diferentes parâmetros. Evidentemente, e lamentavelmente, há níveis de pobreza alarmantes. E por isso o presidente Chávez enfatiza, em seu programa de governo, em planos sociais. E todo o seu projeto político segue direcionado a este setor.

PA: E o Chávez diz aqui, continuando, que o que ele não aceita é que não exista redistribuição de renda na sociedade. Ele diz: “Nossa classe dominante nunca aceitou pagar impostos, e nós estamos agora exigindo que eles paguem impostos.” E ele termina dizendo que não acredita em grandes utopias revolucionárias, mas que acredita sim na necessidade e na possibilidade de se avançar um pouco a cada dia. Isso parece que caracteriza bem o governo dele até aqui.

Eu gostaria de colocar uma outra coisa. O professor Antônio Carlos caracterizou no início o Chávez como um sobrevivente político, e sublinhou esse aspecto da trajetória dele, que é a sua sobrevivência apesar de tudo. Uma coisa que me impressiona, provavelmente por ser brasileiro, é que ele tenha conseguido sobreviver apesar da mídia venezuelana. Aqui alguns jornais procuram passar essa impressão – ele como autoritário, querendo controlar a mídia –, mas quando a gente conhece um pouco o que é a mídia na Venezuela recente...

RA: Os meios de comunicação de massa na Venezuela constituem um partido político.

MG: Talvez o que tenha acontecido de mais lamentável nesse processo político na Venezuela seja a partidarização do meios de comunicação. Os meios perderam o horizonte e se converteram em partidos políticos, lamentavelmente. E partidos políticos que se colocaram contra o presidente. Os canais de televisão e a mídia impressa, os jornais.

RA: Não é o simples fato de canais de televisão (já não falo dos jornais impressos) fazerem campanha anti-Chávez no período eleitoral: trata-se de ação cotidiana, permanente. Não é apenas nos noticiários, preconceituosos e intolerantes, mas, igualmente, na programação comum.

MG: Quando aconteceu a greve petrolífera, os canais de televisão faziam publicidade convocando ao povo a ir às ruas para se manifestar contra o presidente.

OAM: E o presidente, como reagiu?

MG: Creio que o presidente suportou primeiro porque foi constitucionalista, foi democrático, se apoiou na Constituição. O presidente tem um canal do Estado venezuelano com que se comunica, através dos meios de comunicação, com o povo venezuelano. Sempre está recordando ao povo seus direitos e deveres, falando da constitucionalidade e da democracia. E acho que essa mensagem o ajudou muito. E certamente alguns outros continentes, outros países, como é o caso do Brasil, agrupou amigos para resolver a crise na Venezuela, que entraram em contato com a oposição venezuelana, e falaram [do acerto] de respeitar a Constituição etc... Não contavam que o Presidente Chávez é um grande comunicador. E outra coisa, que vou repetir, é que o povo venezuelano é tão democrático que não atendeu aos chamados para violentar a Constituição, contra o Presidente. E creio que essa foi uma das circunstâncias que causou o erro de cálculo do governo dos Estados Unidos quando eles tentam o golpe militar [contra o presidente Chávez]. Não somente não intervieram mais profundamente porque não sabiam o que ocorreria na Venezuela, mas se deram conta de que apoiaram uma loucura.

EP: Eu gostaria de partir da intervenção da professora Sonia. Realmente, só se consegue entender o que é um país rentista de petróleo quando se vive um pouco dentro dele. Muito mais do que vi em qualquer literatura foi a oportunidade que tive de ver isso acontecendo dentro da Venezuela. O Chávez de fevereiro de fevereiro de 1992 não tem nada a ver com o Chávez de agosto de 2004. São pessoas radicalmente diferentes. Tenho certeza do seguinte, não

só pelo que o Pedro Amaral leu aqui: o projeto do Chávez não é um projeto socialista, a constituição venezuelana é claríssima em relação à livre empresa. Em relação ao petróleo, vou lembrar dois fatos: o referendo aconteceria no dia 15 de agosto, e tive certeza absoluta no dia 5 de agosto, assistindo a uma reunião de Hugo Chávez com empresários no Puerto de la Cruz, quando o presidente da Chevron-Texaco na Venezuela fez um pronunciamento de elogio ao governo Chávez; para vocês terem uma idéia, a Chevron-Texaco vai investir seis bilhões e trezentos milhões de dólares na Venezuela nos próximos oito anos; ela arrematou cinco lotes de perfuração de gás; então, quando a Chevron-Texaco começa a elogiar o Chávez, percebi que ele tava no caminho; e no dia oito de agosto, o *Financial Times* publica uma matéria de primeira página em que todas as grandes corporações falam bem do Chávez, e uma das coisas que eles falam... lembro bem de uma declaração, não recordo de quem, que era a seguinte: “Nós descobrimos que se pode conversar com o Chávez.” Isso pra mim é definitivo, não havia como perder esse plebiscito. E até porque – a professora Sonia colocou muito bem isso – qual era a alternativa? A Venezuela estava um ano e meio atrás dividida em três pedaços: tinha um pedaço chavista, um pedaço antichavista e o chamado *nini*, uma invenção da Venezuela, que é “*nem uma coisa nem outra*” – *nini*: ni chavista ni oposición. Para se ter uma idéia, em junho de 2003 – aqui está uma pesquisa do IBOPE feita na Venezuela – o *no* ganharia por 67%. Por que é que mudou isso? Porque o Chávez mudou. E a mídia hoje não é a mesma de um ano atrás. Outra coisa importante já colocada aqui é

a questão de pagamento de impostos, que é uma coisa nova. Tinha gente que nunca tinha pago imposto de renda na vida na Venezuela. O SENIAT, que é a secretaria da receita federal, começou a fechar empresas. Então tem um fato novo na Venezuela, que é o fato de as pessoas estarem pagando imposto pela primeira vez. Há a construção de um novo Estado na Venezuela, em que o pagamento de impostos – que para nós é uma coisa normal – era um absurdo. E acho que o Chávez foi aos poucos perdendo a ingenuidade de fevereiro de 1992, a [mesma] ingenuidade que levou Salvador Allende ao sacrifício, aquela ingenuidade allendeana de achar que está tudo arrumado, tudo perfeito, de que o exército era uma maravilha... o Chávez não. Ele aprendeu demais com o golpe de abril. Lembro de uma frase que ouvi da boca do Lula em abril de 2003 em Recife, que era o seguinte: “Fui líder sindical durante quinze anos e nunca sentei na mesa com nenhum líder latino-americano. Conversava com americano, conversava com europeu...”, porque o Brasil vivia de costas para a América do Sul. Acho que um fenômeno novo, e acho que o Chávez tem um papel importantíssimo nisso... a história do Chávez e da *Televisión del Sur*, que vai sair – uma idéia lançada pelo Chávez para combater a CNN em fevereiro desse ano, na reunião de cúpula em Caracas, e em Manaus, com Lula, assinou um acordo de intenções de fazer prevalecer a *Televisión del Sur*... lembro que há um documento do IESA, que é a Fundação Getúlio Vargas da Venezuela, um documento de análise do Chávez, em

que se fala do pavor da elite dominante da Venezuela, que se centra em dois itens: democracia participativa e protagônica, e a integração com o Sul e não com o Norte. Para vocês terem uma idéia, a PDVSA tem dezesseis mil postos de serviço nos Estados Unidos – é a segunda maior rede nos Estados Unidos é a da Venezuela. Então esse é que é o grande diferencial, é o petróleo, não tem dúvida nenhuma. Que é que acontecia com a Venezuela? O povo comia o que caía da mesa [da elite], o que sobrava no prato e caía no chão; agora estão dando. E há uma mudança de comportamento de parte da elite venezuelana, onde o Gustavo Cisneiros é o maior representante disso. O Cisneiros era representante da Pepsi-Cola na Venezuela, a Pepsi era líder de mercado na Venezuela, e vocês sabem em quanto tempo o Cisneiros passou da Pepsi para a Coca-Cola? Em vinte e quatro horas. Fez isso: a partir de agora é o seguinte, em vez de azul é vermelho, é Coca-Cola...

MG: Em melhores condições econômicas, como parceiro.

EP: Sim, é evidente. O Cisneiros teve uma reunião marcada pelo Jimmy Carter, que é amigo do Cisneiros e do Chávez, um encontro sigiloso, que provocou um ‘rebu’ na Venezuela dias depois, e o Cisneiros não tinha como esconder mais isso, e fez um comunicado que é uma obra-prima*. Uma das coisas que ele fala no comunicado é do reconhecimento do [ex]presidente Carter pelo ‘esforço beligerante’ do Chávez na defesa dos pobres.

* Que publicamos em seqüência. N. do E.

Em relação ao fato de ser militar... não sei se vocês sabem por que ele foi ser militar. Chávez era apaixonado por beisebol – e aliás é um excepcional jogador, poderia ter sido um campeão de liga. Quando ele acabou o curso secundário, e tinha que ir para a faculdade, havia um tio dele da Universidade de Mérida, para onde os pais pensaram mandá-lo, e ele pensou: “Mas Mérida não tem beisebol, em Mérida tem futebol... não posso ir pra Mérida.” Logo em seguida, foi um militar fazer uma palestra na escola de Sabaneta, e quando ele viu aquilo pensou: “É a chance da minha vida. Vou para a academia militar, ficarei em Caracas, onde tem beisebol...”, a academia militar tinha treinadores excepcionais, e tem até hoje... O ídolo da vida do Chávez é um sujeito chamado Látigo Chávez, que era um arremessador de beisebol. Então ele tinha um compromisso – queria ser jogador de beisebol. Quando ele vai para a academia e começa a descobrir o Bolívar, ele fica empolgado com a história da academia militar, e se sente traindo a memória do Látigo. E aí vai ao túmulo do Látigo, reza pra ele e pede desculpas porque não vai mais ser jogador de beisebol, vai ser pára-quedista... A história do Chávez é algo fascinante. E repito: o Chávez de fevereiro de 1992 não é o Chávez de outubro de 2004 – é outra pessoa, que sabe a importância das forças econômicas na sociedade, da livre empresa... Eu gostaria de lembrar os números do plebiscito, comparados com a eleição do Chávez. Ele teve 3.757.773 votos quando se elegeu em 2000 – 59,76% dos votos válidos. O “no”, que significa a permanência do Chávez, teve 5.800.626 – isso significa mais 54%. Só tem um detalhe, é que o percentual dos votos válidos do Chávez

foi 59,76%, o do “no” foi de 59,25% – praticamente o mesmo percentual. O que aconteceu foi seguinte: um esforço brutal do governo, ele percebeu a importância de ceder, porque na Venezuela não é obrigatório o voto e nem a cedução, que é entrar no registro eleitoral, o equivalente ao título de eleitor. Hoje, mais ou menos 50% da população que poderia não está cedida, não tem título de eleitor. E mesmo tendo título, o voto não é obrigatório, o voto é facultativo. A novidade é a seguinte: num período de mais ou menos um mês, cedularam 1.800.000 eleitores – isso vinculado às “missões” do governo Chávez. A diferença foi essa. por quê? A oposição teve, na eleição do Chávez (em 2000), 2.530.000 votos, no plebiscito (em 2004) teve 3.989.000 – quer dizer, ela cresceu 57%. Na realidade, a vitória no plebiscito foi basicamente causada por duas coisas: a cedulação da população mais pobre... e outra coisa que os analistas políticos subestimam é um negócio chamado comunicação. O Chávez mexeu fundamentalmente na comunicação, colocou uma pessoa de sua absoluta confiança no ministério da informação, e mobilizou todos os recursos possíveis para isso, mexeu fundamentalmente no canal 8 [Venezolana de Televisión, canal estatal], aumentou a qualidade de transmissão, criou uma nova emissora de televisão educativa... ele usava muito mal as *cadena*s... pra se ter uma idéia, o Chávez fazia cadeia e interrompia um jogo de beisebol: um jogo de beisebol está sendo transmitido ao vivo e entra o presidente durante duas horas e meia falando... imagina que você está vendo um jogo de beisebol na televisão e entra o Chávez pra falar... Então isso tudo ele foi percebendo

do. Houve pela primeira vez na Venezuela uma marca de governo, coisa que aqui no Brasil é comuníssimo – por exemplo, “Brasil, país de todos”. Da Venezuela está aí: “A Venezuela ahora es de todos”. Não se consegue andar pela Venezuela sem essa marca. E também passou a contar o que estava fazendo no governo usando os canais privados, que batiam nele todos os dias... A Venezuela é o único país das Américas que está construindo quatro metrô ao mesmo tempo – Caracas, Los Teques, Maracaibo e Valencia. Não tem nenhum país da América Latina fazendo isso. Só de financiamento do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] tem mais de um bilhão de dólares lá – do BNDES, não é do BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento]. Então, acho que essa vitória do Chávez pode ter uma repercussão em termos de América do Sul muito grande.

O governo Lula teve três posições em relação ao Chávez: uma quando assumiu, de absoluta fraternidade, carinho etc.; uma no meio, em que houve uma grande recuada – lembro de uma cena em fevereiro, o Chávez na porta do Miraflores, Kirchner e Lula, e o Lula dá as costas para o Chávez; e tem a posição atual, que é uma posição outra vez de aproximação.

SC: É complicada a situação da Venezuela dentro da Comunidade Andina, porque vários países – Equador, Peru etc. – têm uma instabilidade enorme, processos antidemocráticos, rupturas da governabilidade. E isso para a Venezuela é sempre muito complicado.

MG: A Comunidade Andina sempre teve seus processos de instabilidade próprios.

Evidentemente, a Bolívia está passando por um processo bastante complicado, a Colômbia tem esse processo de muitos anos que nós conhecemos, o Peru tem um problema no momento em que a popularidade do presidente é muito baixa. Mas não há sinais de esfacelamento de institucionalidade até agora nestes países. Acho que são países que estão na busca de um modelo político de mudanças, transformações políticas, econômicas e sociais. Creio que é o que esteja acontecendo. Na Bolívia, forças emergentes estão buscando uma mudança social para que pobres e indígenas tenham maior participação, saiam desse estado de fome, miséria e de injustiças. Acredito que seja o que está acontecendo em toda a América Latina. E acho que esses governos têm buscado formas distintas do que temos visto até agora, quando a maioria dos partidos políticos parecem ter fracassado. Então estamos em um momento em que se ambiciona mudanças na América Latina.

ACP: Da primeira vez que falei, tive mais o intuito de abrir uma discussão do que propriamente dar opiniões. Eu gostaria de começar dizendo o seguinte: é uma coisa um pouco perigosa, quando nós analisamos certos fenômenos como o fenômeno Chávez na Venezuela, mas é um perigo no qual normalmente todos caem, tendem a cair, que é de achar que a história começou ali, que a história das coisas começou ali. Não tenho dúvidas, por exemplo, de que seria isso que o Lula gostaria de poder fazer aqui no Brasil. Só que nas condições presentes o único que está podendo fazer é Chávez mesmo, e não o Lula. Então, acho que a questão está um pouco mal colocada também. Por mais extraordinária

rio que sejam os sucessos do Hugo Chávez, a Venezuela é um país que tem o seu processo histórico. Certos modos de acomodação da vida política chegaram a um ponto limite e encontraram uma fórmula substitutiva no chavismo. Agora, é preciso ver também que a herança que a Venezuela teve, principalmente a partir dos anos 1940, é uma herança maldita. Porque normalmente nosso imaginário está povoado com uma série de coisas – é Somoza na Nicarágua, Trujillo na República Dominicana –, mas não tenho dúvidas em afirmar que o pior de todos foi o senhor Juan Vicente Gómez, que governou a Venezuela de 1908 a 1935, espoliou aquele país de uma forma inusitada, e todos nós sabemos que países latino-americanos são vítimas de espoliações, mas o que ocorreu na Venezuela não tem paralelo na história da América Latina. O acordo com as companhias petrolíferas era o acordo dos 10% – 10% ficava com o Estado venezuelano, e destes 10%, mais de nove era apropriado por Gómez e sua camarilha.

Se a gente pega a trajetória da Acción Democrática, ela é uma trajetória digna. Esses homens – Betancourt, Leoni – lutaram heroicamente contra a ditadura do Gómez e contra os presidentes que substituíram o Gómez – o López Contreras e o Medina Angarita. Esses homens têm uma trajetória digna... clandestinidade, exílio, lançaram as bases de um partido popular na clandestinidade... Agora, quando se dá a eleição de Rómulo Gallegos, na conjuntura do pós-guerra, aí sim havia ingenuidade. Esse grupo dirigente da Acción Democrática achou que podia fazer tudo – não tomou muito conhecimento da Guerra Fria, não viu que os ventos estavam soprando do lado contrário, e que os Esta-

dos Unidos iam intervir para valer, como intervieram efetivamente, deslocaram aquele governo e botaram lá Pérez Jiménez que governou novamente na roubalheira mais escandalosa por praticamente dez anos. Quando o Betancourt chega ao poder em 1958, depois de um levante que é do povo de Caracas, a área de manobra dele é complicada: 10% dos *royalties* de petróleo – o que é que ele podia fazer? Primeiro, ele tinha que negociar com os Estados Unidos, não havia saída. A negociação é lenta, difícil, em que ele consegue 50% dos *royalties* de petróleo, de dez ele passa para cinquenta. É alguma indignidade isso? Não acho que seja. Ninguém pode acusar esse homem de indignidade. Ao mesmo tempo, o Partido Comunista Venezuelano, seguindo uma estratégia inteiramente equivocada, e baseada na revolução cubana, se lança para a derrubada de Rómulo Betancourt. São dois levantes pesados que ocorreram na Venezuela. Ao mesmo tempo que Fidel Castro estimula a queda de Betancourt, joga o Partido Comunista Venezuelano na luta guerrilheira, com a juventude da Acción Democrática formando as chamadas FALM, as Fuerzas Armadas de Liberación Nacional, e ao mesmo tempo que a extrema direita também não vai tolerar o Betancourt, porque ele é um reformista, sempre foi. Então acho que é preciso ver esse passado. As coisas não começaram com Hugo Chávez, isso tem uma trajetória, tem uma certa lógica. Já é um ganho extraordinário, nas condições em que Betancourt chega ao poder, conseguir elevar os ganhos do petróleo pro Estado venezuelano de dez para 50%; e entrega, em 1963, o governo ao Leoni já com os 100%. Aí acontece um problema

que é grave, que é complicado, que se cifra no seguinte: quando Simon Bolívar, num de seus rasgos de genialidade, faz uma análise das diferentes regiões da América do Sul, principalmente, ele conclui dizendo que o que tem mais chance de tornar-se país é o Chile – ele acertou; o que não vai da certo é o Peru, porque tem ouro em excesso, tem muito dinheiro correndo no Peru e dinheiro corrompe. Ora, se Simon Bolívar tivesse olhado pro século XX, ele teria dito que não é o Peru, é a Venezuela. O problema da Venezuela não é, de certo ponto de vista, diferente dos Emirados do Golfo Pérsico – corre dinheiro demais naquele país. E se não há uma elite com um mínimo de ética de espírito público, não adianta, vai-se afundar na corrupção como afundou. Homens como Betancourt e como Leoni são rapidamente substituídos por bandos de oportunistas, de ladrões, de indivíduos que não têm nenhum compromisso com o país, a política se transforma num jogo de compadres entre a COPEI e a Acción Democrática. A população olha pra isso e fica perplexa. Sendo que, no caso venezuelano, tenho a hipótese de que as coisas, do ponto de vista populacional, se radicalizam – porque a população não é estúpida, ela sabe que na Venezuela existe dinheiro, e entretanto a taxa de exclusão social foi aumentando. Então abre-se um enorme abismo no sistema político venezuelano por onde o Chávez passou, com as características pessoais dele: messianismo, o apelo popular, a capacidade de comunicação etc. Já fui acusado diversas vezes de ter mudado em excesso ao longo da vida, então não vou lançar para discussão este tema, mas me reservo a dizer o seguinte: tenho certas reservas quanto as inclinações demo-

cráticas de Hugo Chávez, tenho sérias reservas em relação a isso; não tenho dúvida do amor dele pelo povo venezuelano nem nada disso...

SC: Todas as transformações institucionais eram promovidas pelo Chávez aconteceram porque ele queria logicamente que o projeto dele pudesse ser levado à frente...

ACP: O conceito de esquerda mudou muito no mundo. Hoje, se um país latino-americano é de esquerda... é lutar pela inclusão social e criar uma sociedade justa. É isso que é possível. Então, desse ponto de vista, acho que o Chávez está realmente cumprindo essa agenda que toda a América Latina deveria levar a cabo, a das políticas inclusivas.

MG: Não tenho a menor dúvida de que o presidente Chávez é uma pessoa estruturalmente democrática, completamente democrática. Caso contrário, não haveria liderado o movimento que está liderando. E isso tem muito que ver com a Constituição que temos, e com os capítulos que tratam dos direitos sociais e da cidadania – não pode haver maior expressão democrática.

RA: Considero irrelevante discutirmos, sem poder chegar a um termo, se o Chávez é ‘estruturalmente’ democrata ou não. Não está aí o eixo da questão, até porque eu não sei se alguém pode ser ‘estruturalmente’ ou extrínsecamente democrata. Não sei como isso se caracteriza. O único cenário recomendável para a análise da política é o fato objetivo. E, a esse propósito, o que a realidade nos oferece é o fato de Chávez haver sido eleito num proces-

so eleitoral cujas regras foram ditadas pelo sistema oligárquico venezuelano. Eleito, convoca uma constituinte exclusiva e lidera a elaboração de uma Constituição democrática, mais democrática do que a nossa, por exemplo, convoca novas eleições gerais, já sob o novo regime, e sob novo regime é submetido a um plebiscito revocatório que se transforma em *referendum* ao seu governo. Parece-me, portanto, pelo menos artificial, esquecermos esses fatos para privilegiar uma discussão em torno de supostas estruturas mentais desse político e homem de Estado. É desprezar a história contemporânea. Há um processo eleitoral, há um referendo, há uma constituinte, há um texto constitucional, há uma seqüência de eleições, e ficamos discutindo se, ‘no íntimo’, o protagonista disso tudo é um democrata! Haja metafísica!

SC: Eu gostaria de saber de fatos estruturais. Gostaria de saber, por exemplo, quando se formou essa constituinte, como ela foi eleita, qual foi o mecanismo para eleger os constituintes.

MG: Havia um congresso quando o presidente Chávez ganhou, ele foi juramentado presidente, e [em seguida] se convoca uma assembléia constituinte. Apresentam-se candidatos que, eleitos, cumprem seu mandato para dar ao povo venezuelano uma nova Constituição. É a maneira mais democrática... Uma vez que essa assembléia termina seu trabalho de redigir essa Constituição, se convoca outro referendo para que saber se a população está de acordo.

ACP: Eu gostaria de voltar à questão da importância do petróleo na política exter-

na. Não se imprensas com facilidade um país que é grande exportador de petróleo. Então, a Venezuela tem uma área de manobra que naturalmente é maior que a de qualquer outro país sul-americano. Ela tem sim, por um dado objetivo, este sim é um dado objetivo: o da economia política das relações internacionais. Então, há uma questão que dá uma certa especificidade ao caso venezuelano. Agora, acho também que se Pedro Carmona tivesse sido um pouco mais hábil, Chávez não teria voltado...

A Venezuela, por razões óbvias, sempre foi um país muito mais projetado e presente na área do Caribe que na América do Sul. Ela viveu mais ou menos de costas para a América do Sul, por razões óbvias – um país relativamente auto-suficiente, que tinha uma alta capacidade de financiamento das suas importações, e que tinha o seu grande mercado consumidor nos Estados Unidos... O único país da América do Sul com que a Venezuela tem relações de fronteira é a Colômbia... o resto é fronteira *llaneira*, na região dos Llanos, e muita floresta separando dela o Brasil. A partir de um certo momento, isso começa a mudar. A partir dos anos 1960-70, a Venezuela começa a procurar um papel um pouco mais importante – cria-se o SELA, o Sistema Econômico Latino-Americano, com o primeiro governo do Andrés Pérez... Quando começam a se dar os processos de integração da América do Sul, a Venezuela entra nisso de forma um pouco mais expressiva através do Pacto Andino.

SC: Eu gostaria de fazer uma observação justamente a partir disso, dessa geopolítica, que, como o Roberto Amaral disse, é a

primeira vez que o Brasil se volta mais para a América do Sul... na época do [Ernesto] Geisel, a latinidade da política externa brasileira foi enorme, inclusive foi aí que se assinou com a Venezuela o Pacto Amazônico e todos os outros pactos, com o Peru e com outros. Quer dizer, a política externa do Geisel foi essencialmente latino-americana.

ACP: A política da Venezuela começa a mudar em alguma medida justamente com a democracia, com a queda de Pérez Jiménez, e com uma estabilização que vai ocorrer progressivamente a partir do final dos anos 1950.

MG: Os primeiros dez anos de democracia na Venezuela, de 1958 a 1968, foi um período de políticas internas. Na medida em que o processo político Venezuelano vai ganhando estabilidade, já a partir dos anos 1970, a Venezuela inicia seu ingresso na comunidade andina, surge o SELA, e a Venezuela se volta para o norte do Caribe. Então, a Venezuela, à medida que vai consolidando seu sistema político democrático, volta-se para o exterior e vai praticar uma política exterior mais diversificada, até chegar a onde estamos.

ACP: Agora, um novo papel para Venezuela na América do Sul... acho que as portas pra isso estão abertas. As iniciativas podem ser várias, a Venezuela tem inclusive capacidade financeira para bancar algumas dessas iniciativas, sem que sejam necessários investimentos de milhões de dólares. Mas não se suponha que isso é uma integração mais ou menos óbvia e fácil. Não é. Primeiro pelo seguinte. O que está ocorrendo na América do Sul

neste momento? Eu parto do princípio de que, em função das negociações da ALCA [Área de Livre Comércio das Américas], criou-se aqui na América do Sul um novo Tratado de Tordesilhas, um novo Tratado que está dividindo a vertente pacífica e a vertente atlântico-caribenha. Por quê? Porque Colômbia, Equador, Peru e Chile já abriram para o bilateralismo. O problema é grave, isso é uma coisa complicada, razão pela qual sempre me coloquei contra essas afirmações altissonantes que vinham do Marco Aurélio Garcia, assessor internacional do Lula, sobre a hegemonia do Brasil na América do Sul – quem vai exercer hegemonia não avisa. O Chile é um país que não vai aceitar nenhuma pretensão hegemônica do Brasil, e não vai aceitar o Mercosul porque a relação dele com a Argentina, mesmo com a Argentina em crise, ou com o Brasil, é uma relação assimétrica. O Chile vai aceitar que o destino deles seja decidido ou por divergências das quais ele possa se aproveitar, ou de convergências entre Brasil e Argentina? Não vai mesmo. Então tomou a frente e disse: “Pra ser satélite, é melhor ser satélite da matriz, então vamos direto para os Estados Unidos.” O caso equatoriano é o caso clássico da América Latina, quando Lucio Gutiérrez é eleito com um programa e faz outro totalmente diferente, levando-se em conta que a economia equatoriana está dolarizada. Então a área de manobra do Gutiérrez é estreita. No Peru, o Alejandro Toledo está em baixa, apesar do país estar indo bem. O que é que nós temos então? Uma parte da América do Sul se deslocou. O que sobrou? Um sistema de relações ruim entre Argentina e Brasil, sobrou o Uruguai – e vamos ver agora, com a vitória do Tabaré Vázquez, o

que vai acontecer – mas é um país que tem um peso pequeno, o Paraguai que também tem um peso pequeno, a Bolívia que tem uma instabilidade crônica, como nós sabemos. Então tudo bem, nós podemos ter uma relação boa com a Venezuela, mas compreendendo que isso vai aumentar o nosso grau de tensionamento com os Estados Unidos, não tenhamos dúvidas. A formação de um eixo Caracas-Brasília-Buenos Aires é uma possibilidade, e eu diria até desejável. Agora, vamos compreender um pouco as conseqüências disso. A Colômbia é um caso à parte, pela questão crônica que existe ali. Não tem boas relações com a Venezuela – basta ver que, por volta de 1970, quase foram às vias de fato, por uma questão de petróleo em águas profundas no Golfo de Maracaibo, a situação andou extremamente tensionada ali. Álvaro Uribe se aproveitou do fato de que a relação entre Washington e o governo Chávez não é boa, para assim aparecer como o grande porta-voz norte-americano na América do Sul, sabendo que, se os Estados Unidos puderem armar um percalço maior para o Chávez, eles vão armar. Então, esse eixo é possível, mas ele não se dará num processo de integração da América do Sul. Ele pode até aprofundar eventualmente um processo de não-integração.

PA: Apesar disso que você está falando, parece que seguem as negociações para a integração, por mais que seja difícil, entre a Comunidade Andina e o Mercosul...

SC: É complicada a questão do Mercosul, quando o próprio Mercosul está passando por um momento muito difícil. Não se conseguiu, por exemplo, a tão espera-

da política externa unificada. Houve o rompimento com a Argentina... antes do Kirchner já, a Argentina fez um acordo específico com os Estados Unidos, bilateral etc. E fui uma vez à Argentina, e estava conversando com uns diplomatas, e me disseram: “Olha, pra depender de Brasília... preferimos depender diretamente de Washington”... porque essa história da liderança do Brasil não interessa. Tudo bem, o Brasil já é naturalmente maior. Então, acho que se há possibilidade de uma aliança real, pelo menos dentro do Mercosul, é a partir de uma construção política e de um projeto estratégico, porque naturalmente, em termos de custos e benefícios, não vai se dar. Agora, é preciso definir se isso é um projeto de país, se é um projeto estratégico, e que se construa – e para isso, pra começar no Mercosul, é preciso se construir instituições. Lembro quando a gente ia discutir sobre o Mercosul lá em Brasília, e era muito difícil. Por exemplo, se perguntava: “Pra quê instituições? As instituições que existem são perfeitas para fase pela qual o Mercosul está passando.” Mas não havia solução de controvérsias, cada vez que a política econômica financeira mudava, gritava Fernando Henrique [Cardoso] de um lado, gritava [Carlos] Menem de outro, era toda uma política presidencial, e não havia nenhuma institucionalidade. Então se não se criam instituições minimamente comunitárias, em algum aspecto que seja, não se constrói uma integração.

MG: É engraçado, porque quando morei em Bruxelas e trabalhava na embaixada ante a União Européia, e eu trabalhava muito o tema da América Latina com a União Européia. Então, na Europa, nós

dos países andinos tínhamos e temos muitos problemas para entrar em acordos com a União Européia. Na Europa, se pensa que o Mercosul é um bloco muito homogêneo, muito organizado, e que para o europeu era mais fácil fazer algum tipo de negociação com o Mercosul e não com a Comunidade Andina, que sempre estava em conflitos internos, em que havia muitas indecisões, muita instabilidade política nos países andinos. Mas nós, andinos, falávamos que se o Mercosul tinha um problema era a falta de institucionalidade, e a Comunidade Andina tinha sua institucionalidade – o Parlamento Andino, a Junta de Acordos...

SC: É uma coisa engraçada, porque na Comunidade Andina, desde que ela se criou, primeiro se criou uma institucionalidade quando ainda não havia nenhum tipo de integração econômica, não havia nada, mas já havia um parlamento, já havia uma junta. Havia instituições, foi o contrário – lá se deu a institucionalidade sem integração. E até hoje no Mercosul, agora nem mesmo há integração comercial, mas [o que resta] se dá sem institucionalidade.

RA: O que é então a América do Sul? O ponto de partida para considerações é constituído por Brasil, Argentina e Venezuela. A integração com a Colômbia parece afastada de qualquer cogitação por força de suas dificuldades, narcotráfico, guerrilha e virtual intervenção norte-americana, lembremos; registramos as limitações da economia peruana, agravadas, hoje; as limitações da economia boliviana, das limitações da economia equatoriana. O Chile, que parece privilegiar as re-

lações com os Estados Unidos, tem um PIB igual ou menor que o do Estado do Rio de Janeiro. Lembro esses fatores para que possamos reexaminar algumas questões. Reconheço a imensidão de dificuldades para a construção de qualquer comunidade econômico-cultural na América do Sul; mas o fato objetivo é que não há alternativa para estes países fora da integração. Isso vale para a Bolívia e vale para o Chile, mas vale principalmente os países industrializados e emergentes: ou esses países criam uma comunidade econômica que lhes dê condições de diálogo com a comunidade européia ou com a grande metrópole do Norte, ou eles não terão viabilidade, não conhecerão o progresso.

SC: Estou de acordo com você. É um projeto estratégico de país, de nação, projeto de governo, que tem que ser construído...

RA: A Venezuela pode sobreviver como permanente exportador de petróleo, assim como o Brasil pode sobreviver, empobrecido, sem grandes expectativas, como permanente exportador de grãos...

ACP: Não dá mais para desindustrializar a esse ponto, não sobrevive, se arrebenta...

EP: Há um pequeno fato, mas de grande importância, que é a abertura do escritório do BNDES em Buenos Aires. Acho que é um símbolo importante. Ele teve financiamento na Bolívia, teve financiamento no Paraguai, na Venezuela... não sei se vocês sabem que o BNDES tem o volume de aplicação anual maior que o Banco Mundial e maior que o BID.

SC: Mas a primeira fase do Mercosul, que era a partir daqueles protocolos, era uma integração produtiva. Então, naquele momento, Argentina e Brasil tinham um acordo [que firmavam cadeias produtivas]. No momento em que se destruiu essa metodologia, não se deu mais a integração produtiva. Então, o Mercosul se dispersou, foi-se quebrando...

ACP: Existe na integração sul-americana uma questão que é complicada. Na Europa, o processo de integração, de construção – aliás muito lento – disso que é hoje a União Européia, se deu dentro de um quadro de simetria relativa entre os dois [países] que puxavam o bloco, França e Alemanha, e depois a Grã-Bretanha também que entrou no quadro da simetria relativa, a Itália um pouco mais atrás. Aqui na América do Sul, a assimetria é complicada de engolir, porque ou a assimetria é gigantesca como no caso dos Estados Unidos em qualquer bloco que eles entrarem, começando pelo NAFTA. Agora, uma assimetria relativamente grande como é a assimetria entre o Brasil e os outros países, não é uma coisa fácil de ser contornada no dia-a-dia das negociações.

RA: Claro, é difícil. Mas não vejo tão grande assimetria entre Brasil, Venezuela e Argentina. A assimetria entre Brasil e Peru, a assimetria entre Brasil e Chile, não é muito maior que a assimetria entre Alemanha e Portugal...

MG: Essa assimetria é grande, mas no entanto havia vontade política. Se não há vontade política, não se cria projetos. Mas eu lhes pergunto, gostaria de fazer uma pergunta a vocês que são cientistas soci-

ais. Falava-se que, se a Comunidade Andina e o Mercosul lograssem um acordo, como crescentemente lograram, isso criaria uma base para conformar uma união sul-americana, o que à frente de uma negociação com a ALCA seria proveitoso. E negociariam, de certa maneira, em bloco, bloco que poderia também compreender a América Central. Mas acontece, como já explicou o professor [Antônio Carlos] Peixoto, que alguns países como Colômbia e Chile estão negociando bilateralmente. Então pergunto a vocês, como cientistas sociais, que estudam o tema, qual seria o benefício desse esquema de integração que se acaba de assinar, para além do [aspecto] comercial entre Comunidade Andina e Mercosul? Não estou falando de benefícios em termos [simplesmente] comerciais e industriais, que não tenho a menor dúvida que será vantajoso. Estou falando como instrumento político de negociação...

RA: A constituição das comunidades é um fato objetivo. Os Estados Unidos, por si, constituem um mercado. Se países como a França, a Inglaterra e a Itália sentiram a necessidade de se reunirem em comunidade, de constituírem um mercado comum, para poder enfrentar e dialogar com o mercado norte-americano, que se fortalece com o NAFTA, se isso está se constituindo na Ásia, seremos nós, os sul-americanos, cada um de nossos países de *per se*, que vamos achar que podemos enfrentar o mercado asiático unificado, o mercado norte-americano e o mercado europeu mediante acordos bilaterais?

SC: A dificuldade que nós temos a mais em relação à União Européia é que ela ti-

nha que lutar conta os Estados Unidos, que está em outro continente, mas nós teríamos que lutar contra a hegemonia do nosso próprio continente, contra os Estados Unidos – isso é muito mais difícil. Você criar uma integração que de alguma forma se oponha a uma integração assim como os Estados Unidos querem, porque ela é a potência hegemônica no continente. É muito fácil a Europa poder integrar França e Alemanha... os dois tiveram esse projeto de se integrarem, na igualdade de condições.

VG: O problema de um projeto, nesse sentido, voltando à Venezuela... a Venezuela está tendo um papel fundamental. O Chávez, com essa idéia de um projeto bolivariano, para a América Latina, para a América do Sul, a Venezuela pode ter um papel detonador de uma discussão política maior, que não existe. Acho que o Brasil, dos países da América do Sul, é o mais isolado nessa discussão...

EP: Tem o idioma... É um fenômeno muito engraçado. Se qualquer latino-americano fala, qualquer brasileiro entende – e o contrário não acontece. O Chávez não entende nada que o Lula fala, absolutamente nada.

VG: A cultura latino-americana é muito menos forte... nós vivemos muito mais ligados à Europa, vivendo na sombra da Europa, a nossa elite sempre esteve ligada à Europa, e quando muito, ultimamente, aos Estados Unidos...

SC: Mas a Argentina também não é muito latino-americana, a Argentina também

esteve mais ligada à Europa. Os outros países [andinos] são mais ligados entre si, mas a Argentina não.

VG: Mas a Argentina produziu um Che Guevara, que tem uma ligação instintiva. A saída do Che e sua passagem pelos Andes é instintiva. A língua é a mesma, e tem um sentido de latinidade...

SC: Mas ele nunca faria um projeto bolivariano, Bolívar não estaria na cabeça argentina – e na brasileira muito menos –, quer dizer, esse tipo de ideário não existe tampouco na Argentina.

VG: ... a cultura de lá é diferente da nossa, nós não temos nada a ver com a América Latina. Na nossa cultura ninguém fala de América Latina, ou seja, é um projeto que deve ser construído.

ACP: Não é bem assim, a cultura caribenha tem algo a ver com a nossa. Cuba é um país culturalmente muito parecido com o Brasil.

RA: A esta altura, só me resta agradecer a todos e a cada um pela participação nesta mesa-redonda, que, estou certo, atendeu ao seu objetivo. Discutimos aqui variadas questões relativas à integração dos países e povos da América do Sul, e, suponho, contribuimos para um melhor esclarecimento sobre o real quadro político venezuelano, por cujo sucesso todos estamos torcendo. Agradeço a todos em nome de nossa revista, mas expresso, em nome de *Comunicação & Política* e em nome do CEBELA um agradecimento especial ao cônsul Mario Guglielmelli. Parabéns e obrigado. ■